



A photograph of a modern architectural courtyard. The scene is framed by large, angular concrete overhangs in the foreground and background. The ground is covered in dry, yellowish-brown grass. A single, young tree stands in the center-right of the courtyard. In the background, there are more trees and a clear sky. The overall aesthetic is minimalist and geometric.

# Condições Materiais Colectivas

# Equipamentos Culturais

## INDICADORES SELECIONADOS

- Bibliotecas de acesso ao público por 1000 habitantes
- Galerias de arte por 1000 habitantes
- Museus por 1000 habitantes

## LEITURA DO TEMA

A oferta alargada de equipamentos culturais numa cidade contribui para diversificar as oportunidades na ocupação do tempo livre e de lazer da população, assegurando igualmente muitas vezes uma oferta de serviços de educação, exteriores ao sistema formal de ensino.

Facilitar o acesso ao livro e à cultura, difundir o conhecimento, dar a conhecer a diversidade das formas de criação e expressão artística, promover eventos, contam-se entre as inúmeras funções que estes equipamentos desempenham, para usufruto tanto da população que reside como daquela que utiliza a cidade, nomeadamente os turistas.

Para o cálculo deste indicador foram consideradas todas as bibliotecas municipais e bibliotecas privadas de acesso ao público. Não foram, assim, contabilizadas as bibliotecas escolares.

A função desempenhada pelas bibliotecas tem vindo a alterar-se. Tradi-

cionalmente vocacionadas para o empréstimo local ou domiciliário de livros, as bibliotecas são hoje equipamentos que oferecem um conjunto de recursos mais vastos designadamente o acesso a informação digital.

No ano 2000, o Porto tinha 111 bibliotecas de acesso ao público, valor correspondente a uma dotação de 0,42 por 1000 habitantes, superior à dotação da AMP e do País no seu conjunto.

Em termos evolutivos, comparando os últimos dados disponíveis com a situação em 1995, verifica-se que se reforçou a presença deste tipo de equipamento na cidade, tendência que foi igualmente registada ao nível da AMP e do País.

As galerias, para além de espelharem a produção artística e a vitalidade cultural de um território, constituem mais uma oportunidade para a população em termos de acesso à cultura, estando vocacionadas para um público mais específico ou mais interessado em diferentes performances artísticas (pintura, fotografia, B.D, escultura). Dadas estas características, as galerias enquanto equipamentos culturais atingem uma população menos alargada do que provavelmente os museus ou bibliotecas. No entanto e face à diversidade e rotatividade dos trabalhos que expõem, a actividade das galerias marca também o dinamismo cultural da cidade e a sua qualidade de vida.

No espaço de uma década o número de galerias de arte triplicou na cidade, facto que atesta do elevado dinamismo verificado ao nível deste tipo de oferta cultural. Em 2001 existiam 39 galerias instaladas no Porto, o que corresponde a um rácio de 0,15 por 1000 habitantes.

Dados comparativos do Urban  
Audit I: **Número de Bibliotecas  
Públicas – 1996.**

Média: 47,1

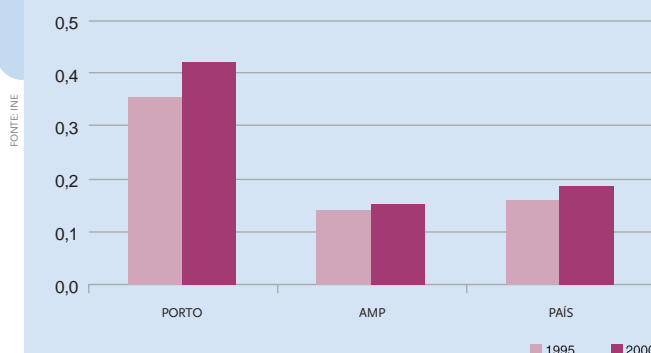
Mínimo: 1 (Estugarda, Dresden)

Máximo: 368 (Viena)

Cidade do Porto: 102

Número de cidades da amostra: 45

BIBLIOTECAS DE ACESSO AO PÚBLICO  
POR 1000 HABITANTES



A maior concentração de galerias situa-se hoje no centro histórico e tradicional (refira-se, por exemplo, a Rua Miguel Bombarda e suas proximidades) como locais da cidade que têm contribuído para assegurar uma interessante dinâmica cultural local associada à actividade das galerias.

Também os museus estão entre os equipamentos culturais mais próximos da população da cidade, exercendo uma importante capacidade de atracção sobre os visitantes, tanto nacionais como estrangeiros. Estes equipamentos, face à diversidade dos objectos/temas que expõem e às actividades que promovem, constituem um importante veículo de difusão e sensibilização para a cultura da cidade.

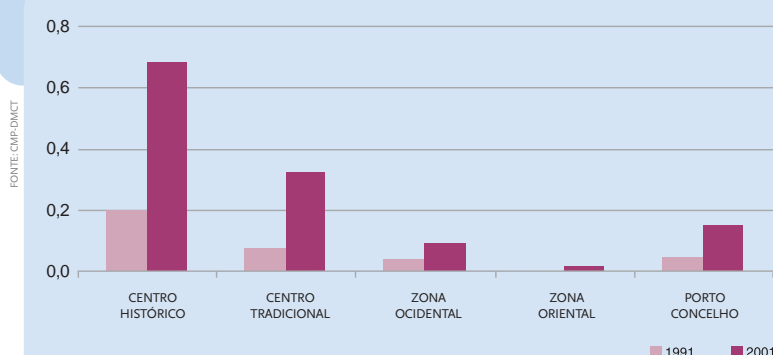
Uma análise da evolução do número de museus no espaço de uma década (1991-2001), traduz uma progressão clara de 14 para 26 museus que presentemente existem na cidade.

Alguns destes equipamentos, face às características mais diversificadas da intervenção que desenvolvem e, por isso, dos públicos que conquistam, adquiriram projecção que excede o âmbito da própria cidade e do país, como é o caso do Museu de Arte Contemporânea de Serralves que beneficia igualmente do facto de ser uma obra arquitectónica de referência.

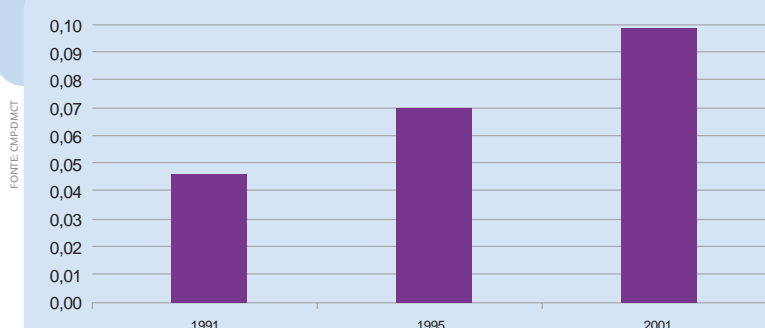
Outros, pela sua especificidade, pelo seu valioso património em termos de obras de arte e/ou da história que encerram constituem também referências incontornáveis no panorama cultural da cidade. Salientem-se a título de exemplo, o Museu Soares dos Reis, o Museu Romântico, o Museu do Carro Eléctrico ou o Museu de Arte Sacra.

Esta evolução significa, efectivamente, a criação de novas condições e oportunidades no âmbito dos equipamentos da cultura, uma das áreas que nos últimos anos tem contribuído para projectar a imagem da cidade.

GALERIAS POR 1000 HABITANTES



MUSEUS POR 1000 HABITANTES



Dados comparativos do Urban Audit I:  
Número de Museus – 1996.

Média: 21,8  
Mínimo: 1 (Patras)  
Máximo: 152 (Viena)  
Cidade do Porto: 10 (1981)  
Número de cidades da amostra: 56

# Equipamentos Desportivos

## INDICADORES SELECIONADOS

- Pavilhões por 1000 habitantes
- Piscinas por 1000 habitantes
- Outras instalações por 1000 habitantes

## LEITURA DO TEMA

Os equipamentos desportivos permitem a prática de diversas modalidades e a sua proximidade junto da comunidade favorece e estimula a actividade física de uma forma generalizada. Complementarmente, uma boa dotação em matéria de infra-estruturas desportivas permite à cidade afirmar o seu potencial para acolher eventos e manifestações ligadas ao desporto.

Incluem-se aqui os equipamentos desportivos pertencentes ao sistema escolar público, à administração local e central, às associações, às entidades privadas e instituições militares.

No que diz respeito às instalações desportivas, estas incluem: grandes campos, campos de ténis, pistas de atletismo, salas de desporto e instalações especiais (ex: picadeiros, campos de mini-golfe).

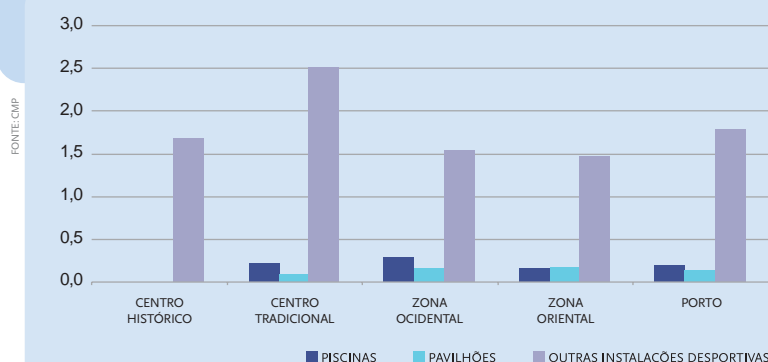
A actividade física, desde as idades mais jovens e entre os adultos, é uma excelente forma de ocupação do tempo livre e de lazer, desempenhando ainda um importante papel de prevenção ao nível da saúde e constituindo um factor inegável de bem estar social.

Em matéria de infra-estruturas desportivas, a cidade dispõe actualmente de 49 piscinas, 34 pavilhões e 469 instalações desportivas. Estes valores traduzem uma dotação por 1000 habitantes de 0,19; 0,13 e 1,78, respectivamente.

No que respeita à repartição espacial destes equipamentos desportivos na cidade, refira-se o facto de o centro histórico não dispor nem de piscinas nem de pavilhões, situação explicável em função das características urbanísticas daquela zona e da sua própria dimensão.

É ainda de salientar o facto de, para todas as zonas da cidade, as «outras instalações desportivas» constituírem a oferta predominante à população, o que é explicável pelo facto de de muitas dessas instalações não exigirem áreas de grandes dimensões, como é o caso dos pequenos campos e das salas de desporto, que são as que existem maioritariamente.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR 1000 HABITANTES (2001)



# Equipamentos Educativos

## INDICADORES SELECIONADOS

- Estabelecimentos do ensino básico e secundário por 1000 habitantes
- Computadores no ensino básico e secundário por 100 alunos

## LEITURA DO TEMA

Componente decisiva do desempenho global do sistema educativo, a rede de estabelecimentos escolares deve procurar ajustar-se ao dinamismo demográfico do centro urbano.

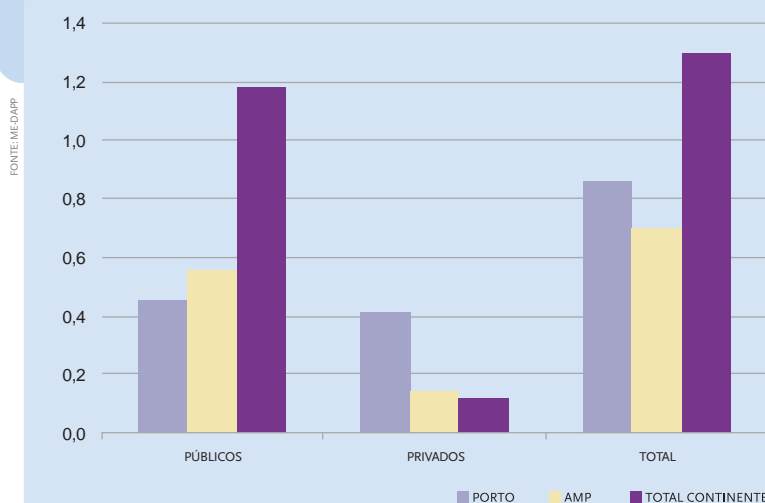
No plano qualitativo é inquestionável que as infra-estruturas ligadas ao sector da educação estejam adequadas às exigências de modernização do ensino disponibilizando, nomeadamente, o acesso às novas tecnologias.

Numa metrópole, a gestão da rede de equipamentos educativos do ensino básico e secundário confronta-se, frequentemente, com situações contrastantes de, por um lado, desertificação da população escolar nas áreas urbanas em perda e, por outro lado, com a necessidade de realizar investimentos de expansão e de modernização nas zonas de forte crescimento.

Analisando a dotação dos estabelecimentos do ensino básico e do secundário por 1000 habitantes verifica-se para o Porto um valor de 0,86, com 0,45 estabelecimentos do ensino público por 1000 habitantes e 0,41 do ensino privado. Esta diferença, que é mínima no caso do Porto, é mais acentuada na AMP, onde a oferta do ensino público é predominante com 0,56 estabelecimentos por 1000 habitantes sendo o correspondente valor no ensino privado de 0,14 estabelecimentos por 1000 habitantes. Esta diferença é ainda maior no Continente com valores de 1,18 e 0,12 respectivamente.

Pelo carácter de excepção relativamente aos outros âmbitos geográficos, é de notar ainda, relativamente à relação ensino público/ensino privado e, no que se relaciona com os estabelecimentos do ensino secundário, que o ensino privado adquire no Porto um peso muito significativo (20 estabelecimentos) quando comparado com o peso do ensino público (15 estabelecimentos).

ESTABELECIMENTOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
POR 1000 HABITANTES (1999/2000)

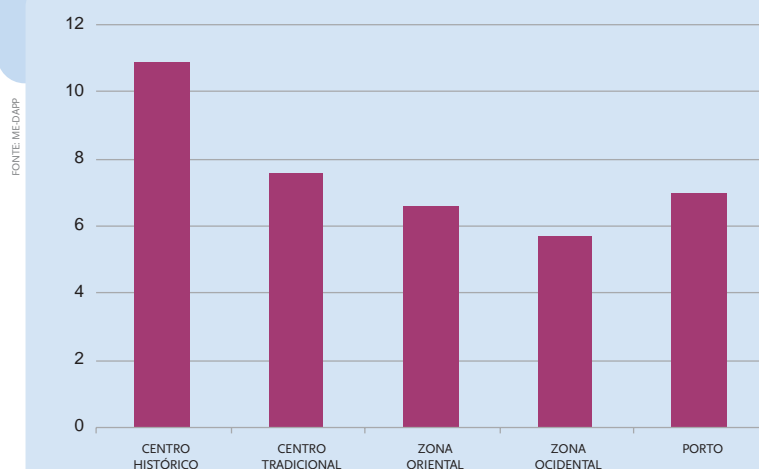




O número de computadores no ensino básico e secundário é um importante indicador de caracterização da dotação do parque escolar quanto ao acesso às novas tecnologias da informação. A utilização das novas tecnologias constitui uma ferramenta de base que capacita os indivíduos para compreenderem a nova linguagem através da qual se processa a comunicação no mundo de hoje e acima de tudo prepara os estudantes para os futuros desafios profissionais.

No Porto o número de computadores por 100 alunos é ainda baixo, sendo de assinalar alguma variabilidade deste indicador à escala intra-urbana. Presentemente, a relação entre o número de computadores e o número de alunos é mais favorável no caso da área central da cidade – centro histórico e tradicional. O envelhecimento populacional e a redução associada dos indivíduos que frequentam estes graus de ensino ajudam certamente a explicar esta melhor dotação do centro do Porto.

COMPUTADORES POR 100 ALUNOS (2002/2003)



# Equipamentos Sociais e de Saúde

## INDICADORES SELECIONADOS

- Creches por 1000 habitantes
- Jardins de infância por 1000 habitantes
- Centros de dia, lares e apoio domiciliário por 1000 habitantes
- Camas de hospitais por 1000 habitantes
- Centros de saúde e extensões por 1000 habitantes
- Médicos por 1000 habitantes

## LEITURA DO TEMA

A oferta de equipamentos sociais numa cidade, desde os equipamentos sócio-educativos (creches e jardins de infância) aos equipamentos destinados ao acolhimento de idosos, constitui uma importantíssima resposta social para as famílias. A oferta de equipamentos na área da saúde, desde os hospitais centrais (abertos a uma população mais vasta) aos serviços médicos de proximidade (destinados à população residente) são essenciais para assegurar os cuidados imprescindíveis à qualidade de vida dos indivíduos.

Particularmente nos meios urbanos, as progressivas alterações nas estruturas familiares, designadamente com a redução das famílias alargadas e com a presença cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, conduziram a significativas mudanças nos planos social e educativo, desde logo no que respeita ao acompanhamento dos filhos mais novos.

No que diz respeito às creches, equipamentos que acolhem crianças entre os 3 meses e os 3 anos, a dotação da cidade em termos de capacidade instalada era de 11 lugares por 1000 habitantes em 2001, tendo vindo a registar-se uma evolução favorável deste indicador no período em análise (1995-2001). Espacialmente, é na área central da cidade – centro histórico e centro tradicional – que se regista uma oferta mais satisfatória e a evolução mais favorável, já que não só se verificou uma quebra populacional nestas áreas como o número de lugares em termos absolutos cresceu ligeiramente.

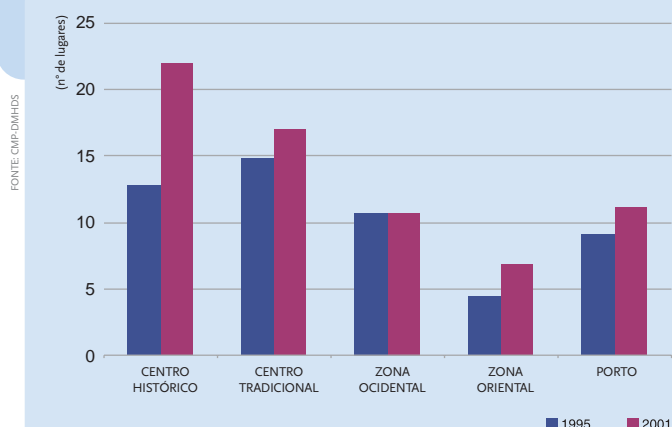
Em contrapartida, a zona oriental da cidade é a mais penalizada quanto à oferta deste tipo de equipamentos – a oferta de lugares em creches por 1000 habitantes situa-se nos 4,5 em 1995 e cresce moderadamente para 6,8 em 2001, não obstante ter sido esta a área da cidade onde o acréscimo absoluto de lugares foi maior (45% na zona oriental; 12% no conjunto da cidade). Na zona ocidental da cidade, a capacidade das creches no mesmo período temporal manteve-se estável.

Este indicador inclui estabelecimentos públicos e privados.

Dados comparativos do Urban  
Audit I: **Total de lugares em creches por 1000 habitantes – 1996.**

Média: 21,3  
Mínimo: 0,8 (Graz)  
Máximo: 58,6 (Estocolmo)  
Cidade do Porto: 6,8  
Número de cidades da amostra: 34

## CAPACIDADE DAS CRECHES POR 1000 HABITANTES

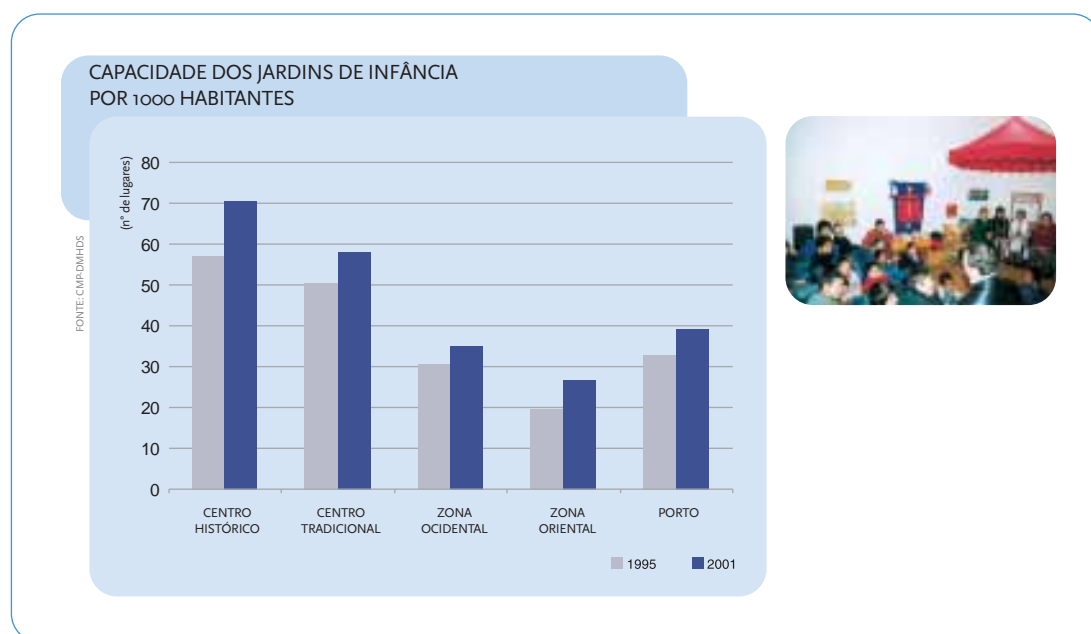




No que diz respeito à repartição entre oferta pública e oferta privada, em 2001, regista-se a seguinte situação: 14% de lugares em creches públicas, 29% em estabelecimentos privados e os restantes 57% em instituições particulares de solidariedade social. Refira-se que a oferta privada era, em 2001, inexistente no centro histórico e em contrapartida, na zona ocidental era nula a capacidade em equipamentos públicos.

Quanto aos jardins de infância, o Porto exibe uma dotação claramente superior à das creches. Em 2001, a capacidade instalada era de 39 lugares por 1000 habitantes. Em termos de tendência e, de uma forma geral para as diferentes zonas da cidade, a evolução na oferta em jardins de infância é muito semelhante à oferta em creches, verificando-se que a cidade passou a estar melhor dotada neste tipo de equipamentos.

Em números absolutos, a dotação em jardins de infância, na cidade, passou de 9415 lugares em 1995 para 10318 em 2001, o que representou um aumento de aproximadamente 10%.



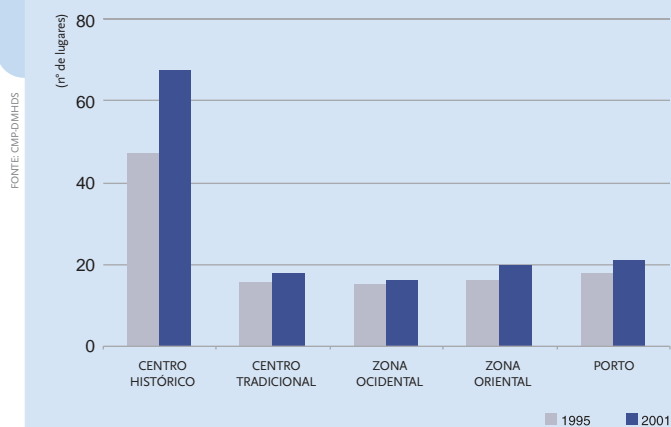
As zonas da cidade que se encontram mais bem servidas em jardins de infância são o centro histórico e o centro tradicional (a quebra populacional acentuada compensou a redução efectiva verificada ao nível da capacidade existente) e no pólo oposto a zona oriental. Com uma dotação bastante inferior a capacidade dos jardins de infância por 1000 habitantes nesta zona, em 2001, era de 27 lugares (aproximadamente 1/3 do rácio relativo à zona histórica), apesar do acréscimo absoluto de lugares ter sido significativo (29% entre 1995 e 2001). Na zona ocidental este crescimento foi apenas de 13%.

No contexto actual, marcado por um progressivo envelhecimento da população europeia, verifica-se que muitos dos idosos vivem sós. Factores sócio-demográficos relacionados com o redimensionamento dos agregados domésticos – diminuição das famílias alargadas e aumento das famílias nucleares – contribuem para uma disponibilidade cada vez mais reduzida para os familiares tratarem dos idosos.

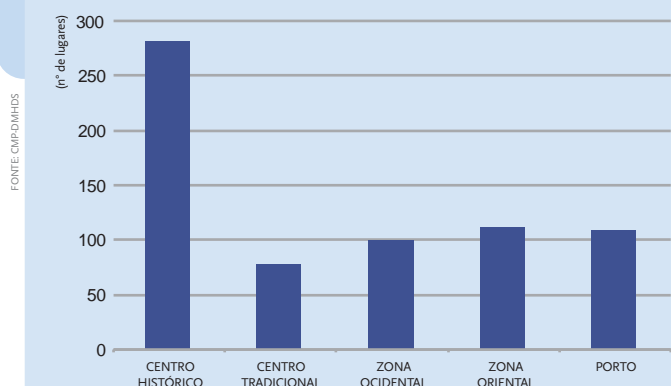
Conhecendo-se as tendências demográficas do Porto, em particular o seu envelhecimento contínuo (em dez anos, a proporção de residentes com 65 anos de idade e mais passou de 15% para 20%, de acordo com os dados censitários), imediatamente se percebe a importância de equipamentos que garantam o acolhimento dos mais velhos, em lares e centros de dia, bem como a prestação de serviços de apoio domiciliário. Analisando a dotação neste tipo de equipamentos entre 1995 e 2001, no Porto, verifica-se um aumento muito ligeiro na oferta – o número de lugares por 1000 habitantes cresceu de 17,8 em 1995 para 21,0 lugares em 2001. Este aumento foi mais notório no caso do centro histórico, onde ocorreu o maior crescimento no número de lugares em lares, centros de dia e apoio domiciliário: de 47,2 lugares passou para 67,2 lugares por 1000 habitantes.

Analizando a dotação neste tipo de equipamentos tendo em conta, não a generalidade dos habitantes, mas

CAPACIDADE DOS LARES, CENTROS DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO POR 1000 HABITANTES



CAPACIDADE DOS LARES, CENTROS DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO POR 1000 HAB. (&gt; 65 ANOS EM 2001)



antes a população potencialmente utilizadora (indivíduos com 65 e mais anos) verifica-se que o centro histórico mantém a relação mais favorável de 281 lugares por mil idosos residentes, dotação que é claramente superior à das restantes zonas da cidade.

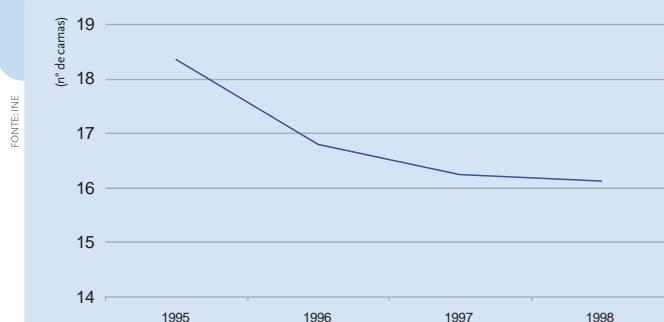


No que diz respeito ao sector da saúde, é particularmente difícil avaliar a sua dotação infraestrutural através de um qualquer indicador, já que a sua leitura está intimamente relacionada com factores de natureza demográfica, social e tecnológica que interferem directamente sobre o funcionamento do sistema de saúde.

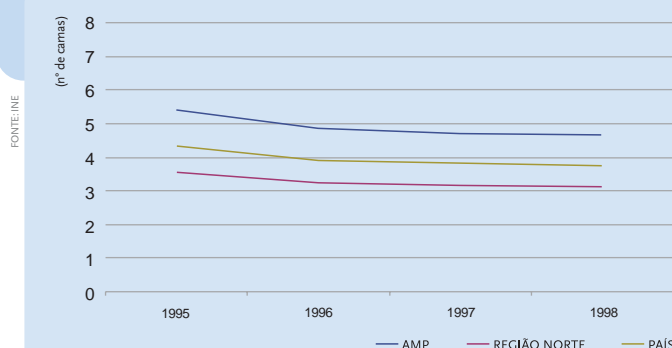
No último ano para o qual existem dados disponíveis (1998) os hospitais da cidade dispunham de 16,1 camas por 1000 habitantes, contra as 4,6 camas dos hospitais da AMP, as 3,1 camas dos hospitais da Região Norte ou as 3,8 camas dos hospitais do País, pelo que se pode concluir que a cidade do Porto se encontra bastante melhor dotada relativamente à AMP, à Região Norte e ao País.

Apesar de a capacidade hospitalar se revelar presentemente mais favorável para o Porto, facto indissociável das funções assumidas pela cidade na área da saúde, centralizando a oferta mais especializada de toda a região Norte, verifica-se uma tendência generalizada, de diminuição do número de camas por 1000 habitantes, para todos estes âmbitos geográficos. É de sublinhar ainda que o crescimento negativo mais acentuado se verifica na cidade do Porto; não obstante a própria quebra da população residente, esta constitui uma característica marcante que se vem mantendo pelo menos desde 1995 e até 1998.

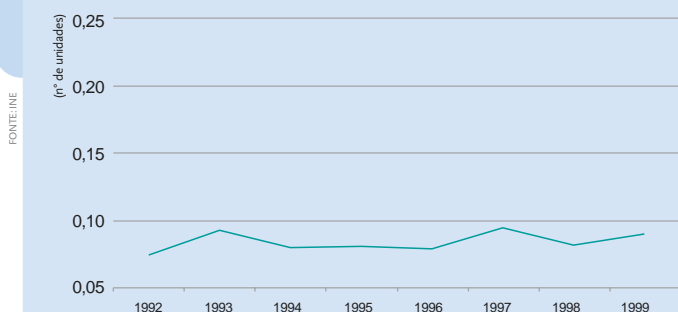
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS DE HOSPITAIS  
POR 1000 HABITANTES, NO PORTO



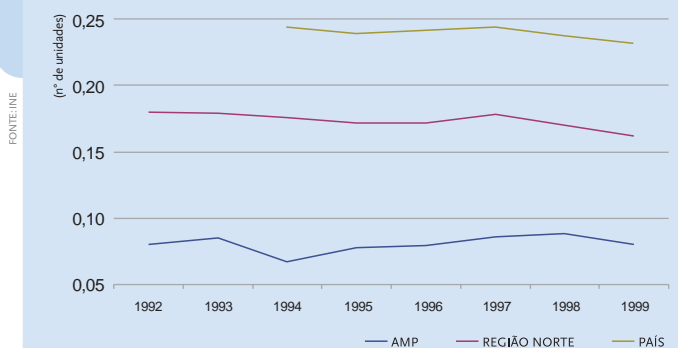
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS DE HOSPITAIS  
POR 1000 HABITANTES



EVOLUÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES  
POR 1000 HABITANTES, NO PORTO



EVOLUÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES  
POR 1000 HABITANTES



Face à tendência marcada de envelhecimento populacional, é no entanto de prever um aumento das necessidades em termos de serviços de saúde, designadamente ao nível dos cuidados primários e continuados.

Por oposição ao indicador «camas de hospital por 1000 habitantes», em que a cidade do Porto está mais bem dotada comparativamente com os outros âmbitos geográficos, o indicador «centros de saúde e extensões por 1000 habitantes» revela que a cidade do Porto, e de igual modo a AMP, dispõem de uma oferta que fica aquém dos valores de referência da RN e do País, que oscila, no período de 1992 a 1999, entre 0,07 e 0,09 centros de saúde e extensões por 1000 habitantes, a qual é suplantada pela Região Norte e País.

Relativamente à evolução da tendência entre 1992 e 1999, para a cidade do Porto, os dados para os centros de saúde e suas extensões revelam um comportamento com algumas oscilações, decorrentes das sucessivas reorganizações da respectiva rede: a oferta é ligeiramente mais elevada nos anos de 1993 e 1997, mantém-se estável entre 1994 e 1996 e dá sinais de recuperar a partir de 1998.

O indicador Médicos por 1000 habitantes, previsto igualmente neste tema, não é objecto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

# Património

## INDICADORES SELECIONADOS

- Imóveis de interesse nacional e público
- Espaço público requalificado

## LEITURA DO TEMA

O património representa uma componente forte da identidade da cidade e é usufruto de todos quantos, residindo na cidade ou simplesmente visitando-a, se interessam pela sua história. O património tende a ser valorizado em múltiplas perspectivas: arquitectónica e urbanística, cultural, estética e histórica e evoca de uma forma geral a história da cidade.

Num estudo de âmbito nacional de José Mendes (1999) intitulado «Onde Viver em Portugal», no indicador Património, a cidade do Porto ocupa a 3ª posição no ranking nacional das capitais de distrito.

O património construído de uma metrópole é indissociável de algumas características que reconhecemos em certas cidades como a sua monumentalidade, a singularidade da sua paisagem, a própria vivência urbana.

O Porto apresenta um património construído de grande valor, cuja reabilitação tem contribuído para a qualificação urbanística, paisagística e arquitectónica da cidade. O esforço na preservação e conservação do património da cidade do Porto, particularmente concentrado no seu centro histórico, tem sido acompanhado por uma evolução positiva ao nível da classificação do património nos últimos anos: dos 62 imóveis de interesse nacional e público classificados pelo IPPAR em 1991 passou-se, em 2000, para 72.

## IMÓVEIS DE INTERESSE NACIONAL E PÚBLICO (nº)

FONTE: CIP-DMCT

Âmbito territorial	2000	2001	2002
Aldoar	1	1	1
Bonfim	3	4	4
Campanhã	1	1	1
Cedofeita	1	2	2
Foz do Douro	5	6	6
Lordelo do Ouro	2	2	3
Massarelos	2	3	3
Miragaia	10	11	11
Nevogilde	1	1	1
Paranhos	0	0	0
Ramalde	2	3	3
Santo Ildefonso	4	6	7
São Nicolau	11	12	12
Sé	13	15	15
Vitória	8	10	11
Centro Histórico	42	48	49
Centro Tradicional	10	15	16
Zona Ocidental	9	10	11
Zona Oriental	3	4	4
<b>Porto</b>	<b>62</b>	<b>69</b>	<b>72</b>

NOTA: Alguns imóveis como, por exemplo, a Muralha Fernandina ou a Zona Histórica, localizam-se em mais do que uma freguesia, pelo que o valor de cada zona não corresponde obrigatoriamente à soma das freguesias que a integram.

Quanto à localização espacial do património classificado na cidade, ela é reveladora do peso da cidade histórica: os escassos imóveis existentes na zona oriental da cidade contrastam com uma elevada concentração no núcleo histórico e na Baixa Tradicional da cidade: 68% de imóveis localiza-se no Centro Histórico, a que acresce 22 % na Baixa tradicional.

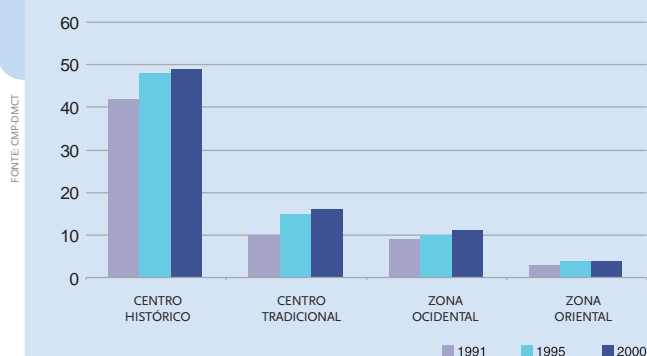
Naturalmente, um aumento de património classificado traduz não só um esforço na sua preservação e consequente valorização da identidade sócio-cultural, como pode representar ainda um ponto forte na dinamização de alguns sectores estratégicos para o desenvolvimento económico e urbano da cidade, como por exemplo, o sector do turismo, que aposta cada vez mais na atracção de visitantes para a cidade.

A ideia de que o património de uma cidade se deve em grande medida à componente física do seu edificado, com potencialidades para ser reconhecido pelo IPPAR é, sem dúvida, importante. No entanto, existe a consciência de que o património extravasa esta dimensão física, englobando uma componente humana de grande valor.

Com efeito, o património da cidade, quando recuperado e conservado, pode ser integrado em roteiros culturais e turísticos bem organizados, tanto para consumo interno como para consumo externo, potenciando a criação de riqueza (maior dinamismo comercial, mais emprego) e desse modo contribuindo para a qualidade de vida da cidade.

Ainda que não se apresentem nesta altura valores relativos ao «espaço público requalificado» (não está ainda operacionalizada a forma de recolha e tratamento das variáveis de base) este será igualmente um dos indicadores a privilegiar futuramente. As intervenções de requalificação do espaço físico constituem uma componente importante para a elevação da qualidade de vida na cidade criando condições para uma nova apropriação do território, frequentemente mais adequada à multiplicidade das formas de uso, dos comportamentos e estilos de vida que caracterizam a sociedade contemporânea. Com efeito, o espaço público é, por excelência, estruturador das relações entre o centro urbano e os seus habitantes e um local privilegiado de identificação colectiva.

#### IMÓVEIS DE INTERESSE NACIONAL E PÚBLICO





# Mobilidade

## INDICADORES SELECIONADOS

- Velocidade média em transporte individual
- Velocidade média em transporte público
- Lugares em parques de estacionamento

## LEITURA DO TEMA

No contexto presente em que a intensidade e diversidade das dependências de natureza funcional e económica entre espaços forjam novas formas de estruturação do território, as exigências em termos de condições de mobilidade e de transporte crescem e marcam decisivamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Grande parte das cidades defronta-se, actualmente, com problemas graves de congestionamento de tráfego. Se, por um lado, as necessidades de deslocação dos indivíduos, de bens e serviços, no âmbito do «espaço de fluxos» em que as metrópoles actuais se converteram têm vindo a aumentar, por outro lado, assiste-se a uma utilização massificada do automóvel, com consequências negativas em termos ambientais mas também de escoamento do próprio tráfego.

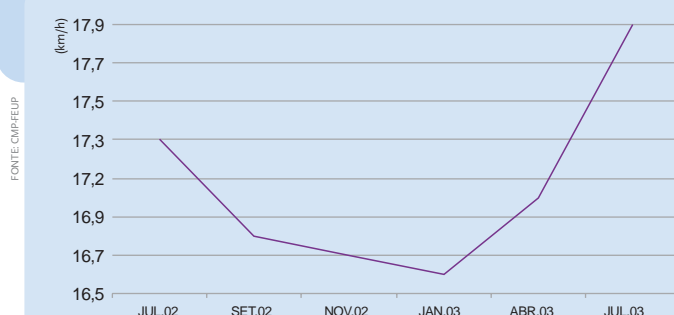
Segundo o Inquérito à Mobilidade realizado em 2000, nos dias úteis realizam-se 1,16 milhões de viagens com origem ou destino na cidade do Porto, o que perfaz 36% do total das viagens geradas na AMP. Atendendo ao modo de transporte utilizado, verifica-se a importância que assume o transporte individual neste conjunto de deslocações: metade das viagens com origem ou destino na cidade realizam-se em automóvel, ou seja, cerca de 576.000 viagens por dia. Este número é elucidativo da pressão automóvel num centro urbano com 40 km<sup>2</sup> e com uma rede viária pouco densa. Por sua vez, o transporte colectivo representa 28% do total das viagens. A juntar ao crescimento do tráfego motorizado e ao problema estrutural da baixa densidade da rede viária, a insuficiência de eixos estruturantes contribui para que as condições de circulação sejam bastante desfavoráveis.

Entre Julho de 2002 e Julho de 2003, a velocidade média de circulação em automóvel, na hora de ponta, variou entre 17,3 km/h e 16,5 km/hora. Registos efectuados no período nocturno revelam que, na ausência de restrições significativas, a velocidade seria de 30 km/hora.

A velocidade média em transporte público que o gráfico permite observar é, tal como seria de esperar, relativamente mais baixa quando comparada com o transporte individual.

A **velocidade média** do percurso resulta do quociente entre a distância percorrida e o tempo total gasto em percorrer essa distância, incluindo neste não apenas o tempo em que o veículo está em movimento, mas também o tempo parado. A extensão total da rede observada é de 30 km (dividida em 44 segmentos) e as observações são efectuadas durante o período de ponta da manhã (entre as 07:30 e as 10:00).

### VELOCIDADE MÉDIA EM TRANSPORTE INDIVIDUAL

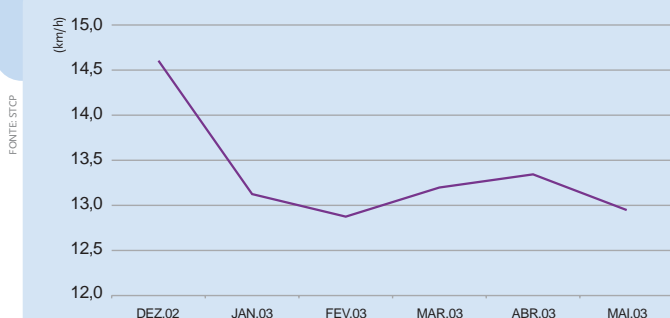


A análise da série temporal disponível revela uma relativa estabilidade da velocidade de circulação em transporte público, atingindo um valor médio de 12,9 km/hora, no mês de Maio de 2003.

Aumentar a capacidade de estacionamento em parques subterrâneos tem constituído, até ao momento, um objectivo da estratégia local de intervenção pública na área da mobilidade que pretende reduzir o estacionamento na via pública, facilitar as condições de circulação e garantir uma melhor acessibilidade a certas áreas, designadamente da Baixa.

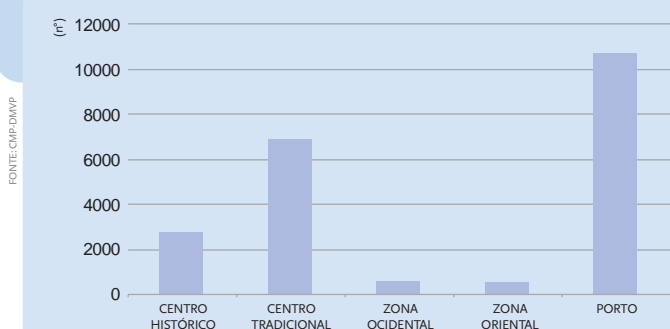
**Velocidade comercial** calculada com base na frota de autocarros da STCP considerando apenas as linhas em funcionamento no concelho do Porto. Inclui as paragens para entrada e saída de passageiros e as paragens devidas ao congestionamento de trânsito. Não foram ainda considerados elementos relativos à entrada em funcionamento do Metro.

#### VELOCIDADE MÉDIA EM TRANSPORTE PÚBLICO



No ano de 2002 o Porto dispunha de 10 624 lugares em parques de estacionamento devidamente legalizados. Deste total, 91% dizem respeito a uma oferta localizada na área central da cidade: 65% na zona da Baixa Tradicional e 26% no Centro Histórico.

#### LUGARES EM PARQUES DE ESTACIONAMENTO (2002)



# Comércio e Serviços

## INDICADORES SELECIONADOS

- Estabelecimentos de comércio a retalho por 1000 habitantes
- Serviços de apoio à população por 1000 habitantes
- Hotéis e restaurantes por 1000 habitantes

## LEITURA DO TEMA

Actividades características da base económica das cidades, o comércio a retalho e os serviços de apoio à população estão directamente relacionados com as necessidades mais comuns das famílias. No caso da oferta relacionada com a restauração e hotelaria, esta não se dirige apenas ao consumo da população local, mas sobretudo ao consumo por parte de visitantes e turistas. O grau de facilidade/comodidade deste conjunto de serviços condiciona a qualidade de vida e a actividade das metrópoles para as quais estes sectores são, frequentemente, essenciais para o dinamismo da sua economia.

**Estabelecimentos de comércio a retalho** inclui genericamente: produtos alimentares; bebidas e tabaco; produtos farmacêuticos; médicos; cosméticos e de higiene; comércio a retalho de outros produtos (têxteis, vestuário, calçado, móveis e electrodomésticos, entre outros), comércio a retalho de artigos em segunda mão.

**Serviços de apoio à população** inclui: bancos, agências de viagens, actividades dos correios, seguros de vida e seguros de não vida, aluguer de veículos automóveis, laboratórios de análises clínicas e outras actividades de serviços.

O comércio a retalho de bens de consumo corrente, muitas vezes designado «comércio de proximidade» contribui para a vitalidade e animação das áreas centralizadas das cidades, desempenhando um papel social importante, nomeadamente ao assegurar uma oferta de serviços indispensável aos segmentos da população envelhecidos ou de fracos rendimentos que não acedem às grandes superfícies comerciais periféricas. A presença do comércio no tecido urbano do Porto é marcante. Apesar da crise que o sector do comércio tradicional vem atravessando um pouco por toda a Europa, associada à afirmação crescente de novos modos de distribuição, ele mantém uma forte representatividade na cidade. A oferta em estabelecimentos de comércio a retalho na cidade era, no ano de 1999, de 10,5 estabelecimentos por 1000 habitantes, valor que representa quase o dobro da oferta da AMP e do País no seu conjunto.

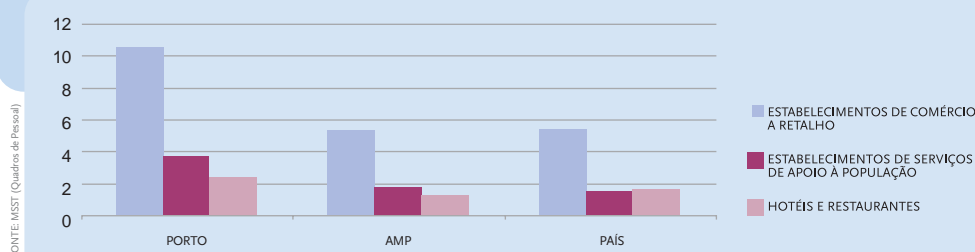
Considerando agora a oferta de serviços de apoio à população, de consumo mais frequente, o Porto continua a apresentar uma dotação claramente superior à da AMP e do País. Tal como acontecia com o comércio a retalho, a dotação do Porto (3,7 estabelecimentos por 1000 habitantes) representa aproximadamente o dobro da dotação que apresentam a AMP e o País.

Por último, no que diz respeito à oferta referente ao ramo da hotelaria e da restauração, aquilo que se verifica é que também neste caso, o Porto apresenta um nível de dotação mais elevado (2,4 estabelecimentos por 1000 habitantes) do que o dos restantes territórios de referência, embora neste contexto caiba sublinhar que o País ultrapassa a AMP com dotações respectivamente de 1,6 e 1,3 unidades de hotelaria e restauração por 1000 habitantes.

Ainda que, no seu conjunto, os números atrás apresentados configurem uma situação de relativo favorecimento da cidade do Porto face à sua Área Metropolitana bem como em termos nacionais, importa ter presente o facto de ela resultar de uma análise da relação entre a oferta instalada na cidade e a população residente e não atender à presença diária de um número muito significativo de pessoas que, não habitando, trabalham ou visitam a cidade e que são consumidoras deste tipo de comércio e serviços.



ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS POR 1000 HABITANTES (1999)



# Quadro Síntese

INDICADORES	UNIDADES	ÚLTIMO VALOR / ANO		TENDÊNCIA / PERÍODO		QV - SITUAÇÃO
EQUIPAMENTOS CULTURAIS						
Bibliotecas de acesso ao público por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,42	2000	↑	1995/2000	😊
Galerias de arte por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,15	2001	↑	1991/2001	😊
Museus por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,10	2001	↑	1991/2001	😊
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS						
Pavilhões por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,13	2000	—	—	😞
Piscinas por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,19	2000	—	—	😞
Outras instalações desportivas por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	1,78	2000	—	—	😊
EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS						
Estabelecimentos do EB e Sec. por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,86	2000	—	—	😊
Computadores no EB e Sec. por 100 alunos	nº/100 al.	7	2002/2003	—	—	😞
EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE						
Capacidade dos jardins de infância por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	39	2001	↑	1995/2001	😊
Capacidade das creches por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	11	2001	↑	1995/2001	😊
Capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	21	2001	↔	1995/2001	😞
Camas de hospitais por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	16,1	1998	↓	1995/1998	😞
Centros de saúde e extensões por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	0,09	1999	↓	1995/1998	😞
Médicos por 1000 habitantes	—	—	—	—	—	—
PATRIMÓNIO						
Imóveis de interesse nacional e público	nº	72	2000	↑	1991/2000	😊
Espaço público requalificado	—	—	—	—	—	—
MOBILIDADE						
Velocidade média em transporte individual	km/hora	17,9	Julho 2003	—	—	😞
Velocidade média em transporte público	km/hora	12,9	Maio 2003	—	—	😞
Lugares em parques de estacionamento	nº	10.624	2002	↑	2001/2002	😊
COMÉRCIO E SERVIÇOS						
Estabelecimentos de comércio a retalho por 1000 hab.	nº/1.000 hab	10,5	1999	—	—	😊
Serviços de apoio à população por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	3,7	1999	—	—	😊
Hotéis e restaurantes por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	2,4	1999	—	—	😊

## Tendência evolutiva do indicador:

- ↑ Crescimento com impacto positivo para a QV
- ↓ Diminuição com impacto positivo para a QV
- ↔ Estabilidade
- ↓ Crescimento com impacto negativo para a QV
- ↓ Diminuição com impacto negativo para a QV

## Apreciação presente da situação em termos de Qualidade de Vida:

- 😊 Boa
- 😊 Razoável
- 😞 Má